

No início da semana, para minha querida Itápolis, cidade onde minha família mora há mais de 130 anos, fomos pedir ao secretário Mágino Alves que mantenha o plantão policial nos fins de semana, na cidade. Uma demanda importante. As pessoas têm que se deslocar até Ibitinga, nos fins de semana. Existe hoje uma grande preocupação para que se mantenha o plantão policial no município de Itápolis.

Uma semana importante, no sentido dos investimentos que o governador Geraldo Alckmin fez no estado de São Paulo: sete milhões de reais, assinados na área da Saúde, uma das áreas prioritárias do Governo do Estado.

Ontem, esteve na Casa, também, o secretário Hércio, da Fazenda do Estado, apresentando a retidão com que o estado de São Paulo tem sido tocado, referente às contas públicas.

Uma pessoa que trabalhava comigo foi para Brasília, no início desta gestão. Ele me relatou que em Brasília se convenia-va o quanto era humanamente possível fazer papel, sem nenhuma responsabilidade, com planejamento, com orçamento, com dinheiro público. No estado de São Paulo, é diferente. Mesmo nessa aguda crise econômica, que vivemos, aqui temos planejamento, temos gestão. As despesas acompanharam as receitas. Graças a isso, o estado de São Paulo mantém importantes investimentos nas áreas prioritárias do Estado.

Ontem vi uma matéria na "Folha de S.Paulo", que criticava a aprovação, pelo Tribunal de Contas, a sugestão de aprovação ao parecer favorável pelas contas do governador Geraldo Alckmin. Na realidade, em ano de crise, de luta, o estado de São Paulo ainda se mantém firme, e é motivo de comemoração a aprovação pelo Tribunal de Contas de, mais uma vez, o estado de São Paulo dar esse exemplo de retidão.

Apresentei, nesta semana, um projeto importante, numa área prioritária do meu mandato, que é a juventude do estado de São Paulo. Um estudante tem direito à meia-entrada, na área da cultura, ao passe livre. E agora, no governo federal, um programa chamado ID Jovem foi implementado, para que não só o estudante, mas todo jovem possa ter direito a benefícios que antes somente o estudante tinha, possibilitando que pessoas de renda menor e maior vulnerabilidade tenham direito e acesso a esses benefícios.

Apresentei o projeto para que tenhamos o ID Jovem estadual. Assim como os idosos têm dois assentos para transporte intermunicipal, que esses jovens possam ter também os direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, potencializados nesse projeto do ID Jovem.

Quero finalizar com um projeto do nosso senador José Serra. Somos procurados por muitos prefeitos, para que possamos ter uma melhora no saneamento básico nos municípios. O Serra fez um projeto importantíssimo para a coleta de esgotos e para o aumento dos investimentos na área do Saneamento Básico, chamado de Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico, através do PIS-Cofins devido pelo setor, podendo ser utilizado para financiar investimentos adicionais de cada uma das companhias de água e esgoto.

O projeto foi aprovado ainda nesse ano, mas foi vetada a principal vertente do projeto, que beneficiava o dispositivo aplicando a renúncia fiscal, para ser usada na questão dos recursos do Saneamento Básico. Ele apresentou um novo projeto, para que esse regime possa ser utilizado, beneficiando uma gama enorme de municípios do nosso estado, que precisam ter investimentos em esgoto e em tratamento de água.

Muito obrigado. Fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Sr. Presidente, ontem o Tribunal de Contas do Estado julgou as contas de 2016 do Executivo, do governo Alckmin. Apresentou várias irregularidades, e muitas delas nós já estávamos denunciando e cobrando na Assembleia Legislativa. Como, por exemplo, na nossa área da Educação. O relatório diz que 90% das escolas estaduais estão com superlotação de salas. Noventa por cento! O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Não é nem a oposição falando.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apontou isso, é uma das ressalvas que ele faz na análise das contas do governador Alckmin em 2016, só confirmando as nossas denúncias. Agora nós apresentamos - eu apresentei, Sr. Presidente - duas propostas, dois projetos de lei.

Um já é lei, a Lei 15.830, que reduz o número de alunos por sala nas escolas estaduais, na área de Educação Especial, nas salas que atendem alunos com deficiência física ou mental. O nosso projeto de lei obriga a rede estadual a reduzir para 20 - no máximo - o número de alunos onde haja matrícula de aluno especial com algum tipo de deficiência. A lei foi aprovada, mas o governo não está respeitando a lei. O governo está afrontando uma lei que já entrou no ordenamento jurídico do estado.

Ao mesmo tempo, nós temos outro projeto de lei, que eu apresentei em 2007. É o Projeto de lei 517, que já foi aprovado em todas as comissões. Todas as comissões aprovaram o nosso projeto 517. Ele já está pronto para a Ordem do Dia. De 2007 até agora ele não foi aprovado pela Assembleia Legislativa, por conta da obstrução da base do Governo.

Esse projeto sim, de uma forma geral, acaba com a superlotação de salas em todas as escolas. Porque ele obriga o estado a reduzir o número de alunos, não autorizando que, no geral, as salas tenham mais de 25 alunos. Porém, a Assembleia Legislativa - a serviço do governador - não aprova o projeto. Porque isso implica, logicamente, na reestruturação da rede, na construção de mais escolas. O estado faz o contrário, o estado está fechando escolas, fechando salas, fechando turnos. Está fazendo ajuste fiscal contra a Educação, as escolas, os professores e contra os alunos.

Ontem mesmo fiz a denúncia aqui na tribuna - a deputada Leci Brandão fez agora também - da escola na Lapa, da Diretoria Centro-Oeste, que vai fechar salas. Houve manifestação dos alunos. Os alunos foram agredidos pela polícia com gás e spray. A polícia, inclusive, agrediu crianças de 11 anos que estavam nas ruas se manifestando contra o fechamento de escolas.

O estado, ao invés de construir escolas para acabar com a superlotação de salas, fecha escolas. Foi o escândalo que aconteceu em 2015, quando Alckmin apresentou aquele projeto de reorganização de escolas, que na prática fechava quase 100 escolas e 3.000 salas e turnos em todo o estado. Só não conseguiu porque os alunos reagiram, ocupando 250 escolas. Foi um movimento vitorioso, que derrotou essa política de redução do orçamento da Educação no Governo Alckmin. Agora, o Tribunal de Contas está dizendo que há irregularidade, que 90% das nossas escolas estão com superlotação de salas. Há, também, outras irregularidades, que dizem respeito à falta de quadras para as aulas de educação física, à falta de laboratórios; enfim, a todo esse sucateamento que estamos denunciando há um bom tempo.

Tudo isso aparece nesse relatório do Tribunal de Contas, que aprovou as contas, logicamente, afinal tal órgão é uma extensão do gabinete do Alckmin. Sempre aprovou suas contas, porque o "Tucanistão" manda aqui. Ele controla a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas, além de setores do Ministério Público, do Judiciário e da mídia. É lógico que o Tribunal aprova. Mas a situação é tão grave que o Tribunal não pode esconder essas denúncias todas que nós estamos fazendo aqui, até por-

que os técnicos que trabalham lá são sérios. Em relação a eles, não há ingerência do Governo, pois eles são concursados. Eles trabalham e apontam os erros.

Mas o voto do conselheiro é outra coisa; é um voto político. Apenas essas irregularidades que foram apresentadas já seriam o suficiente para que as contas foram rejeitadas. Mas os conselheiros foram nomeados pelo governo tucano, seja pelo Mário Covas, pelo Serra ou pelo Alckmin. O relatório vem para a Assembleia Legislativa. Aqui, vamos denunciar e votar contra. Vamos querer a rejeição das contas do governador, porque nós, do PSOL, não somos submissos. Porém, a base do Governo vai se comportar como os conselheiros nomeados, os homens de confiança do Alckmin.

Portanto, não é novidade o fato de o Tribunal de Contas ter aprovado. A novidade são as muitas irregularidades. Se a Educação está sucateada e degradada no estado de São Paulo, fica muito claro por quê. Não há investimento, 90% das escolas estão com superlotação de salas e faltam laboratórios e salas de informática. Até na merenda escolar, há denúncia do Tribunal de Contas. Trata-se de um abandono total do Governo Alckmin em relação à Educação. Há, ainda, a questão do reajuste dos servidores. Enfim, um caos.

Voltarei à tribuna, Sr. Presidente, para levantar os outros pontos do relatório do Tribunal de Contas, como a questão dos presídios e das desonerações, das quais venho falando o tempo todo. O Tribunal de Contas diz que há uma desoneração, isto é, uma isenção fiscal, de 15 bilhões no Orçamento de 2016. Queremos investigar isso, Sr. Presidente. Mesmo assim, o Tribunal de Contas aprovou, pois é submisso e se curva aos interesses do Governo Alckmin. São todos tucanos lá dentro, exceto os técnicos, os quais apontaram essas questões. Mas o trabalho dos técnicos não é levado em consideração pela maioria dos conselheiros. Pode haver uma ou outra exceção, mas a maioria, ali, é controlada pelo "tucanato". O Sidney Beraldo, por exemplo, até ontem era secretário dos tucanos. Foi secretário de Gestão Pública e presidente desta Assembleia. Então, se as contas foram aprovadas, não há mérito nenhum, porque existem irregularidades na Saúde, no Sistema Prisional, na Educação.

Mas tudo isso nós vamos debater aqui na Assembleia Legislativa, porque pelo menos o nosso mandato não tem nenhum vínculo com o governador. Pelo contrário: nós vamos denunciar exaustivamente o que vem acontecendo no Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, só para fazer alguns comentários aqui sobre a aprovação das Contas do Governo do Estado. Primeiro para dizer que o relator não foi indicado pelos tucanos. O relator vem desde a época do Quêrcia, e também acredito que os órgãos técnicos do Tribunal de Contas também foram favoráveis à aprovação das Contas do Governo do Estado, assim como foram nos outros anos, pessoas concursadas, técnicas que fizeram um trabalho muito sério, resultando na aprovação do relatório pelo Tribunal de Contas do estado de São Paulo.

Recebi do vereador Irmão Carlos, do município de Cravinhos, uma moção pela permanência da Zona Eleitoral 193. Ali todos os juízes eleitorais, o promotor de Justiça, o representante do Ministério Público Eleitoral, o chefe do cartório, todos solicitam que seja mantido o Cartório Eleitoral do município, considerando que está em pleno crescimento populacional, eleitoral. Devido aos diversos loteamentos, em fase de estudo de implantação, é justo considerar que os parâmetros de 2014 para as medidas que definem para a permanência, ou não, dessa zona eleitoral, de acordo com o número previsto nas Resoluções 23422, de 2014, já não retratam o contingente real e efetivo da população, cuja somatória dos eleitores dos municípios de Cravinhos e Serra Azul apresentam um aumento real de cerca de 10%, superando, hoje, os 32.948 eleitores, conforme o levantamento estatístico realizado pelo IBGE. Diante do exposto, os vereadores de Cravinhos infra-assinados solicitam a aprovação da presença, moção de apoio à permanência da zona eleitoral do município.

Então, é uma reivindicação de toda a comunidade, do prefeito, dos vereadores do município, da comunidade jurídica para a permanência dessa importante zona eleitoral.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Itamar Borges, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra "R" do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 28 de agosto de 2017, às 20 horas, com a finalidade de comemorar o Dia do Profissional de Educação Física.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aos colegas desta Casa e a esta Presidência com respeito à discussão de dois projetos de lei, o Projeto de lei nº 57, de 2017, que propõe parcelamento das dívidas do ICMS, e o Projeto de lei nº 253, de 2017, que ajuda os devedores de IPVA. São projetos de autoria do governador. Fazem parte de um pacote de programas e do parcelamento do ICMS. Estima-se que os municípios vão receber valores da ordem de 700 milhões de reais. Em relação ao parcelamento do IPVA, por volta de 200 milhões serão destinados aos municípios.

Quero, neste instante, em nome dos prefeitos e vereadores de todo o estado de São Paulo, fazer um apelo aos deputados: vamos aprovar com urgência esses dois projetos de lei, que sem dúvida alguma vão ajudar, e muito, os municípios do estado de São Paulo, principalmente os pequenos municípios.

Recebi, por parte do presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Cruz, o apelo para transmitir aos deputados desta Casa, que infelizmente uma grande maioria está fazendo obstrução à discussão e votação desses projetos, porque gostariam que outros projetos fossem votados primeiro. Mas esses dois são de grande importância, porque vão destinar praticamente um bilhão de reais para as prefeituras do estado de São Paulo e para as pequenas cidades.

Isso vai ser de grande importância.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Welson Gasparini e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 15 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 31 minutos, sob a Presidência do Sr. Gileno Gomes.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela lieração do PP.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim pelo Art. 82, pela lieração do PP.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - PELO ART. 82 - Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados aqui do plenário, TV Assembleia, funcionários, quero rapidamente falar sobre as duas prisões administrativas feitas em Brasília por alguns policiais federais, agentes federais e delegados federais, que prenderam dois policiais civis que estavam lá fazendo bico, bico esse oficializado pelo Sr. Governador de São Paulo. A Polícia Militar e a Polícia Civil oficializaram e, então, eles podem fazer bico. Quando é particular, não podem fazer bico. Quer dizer, quando o Estado deixa você fazer o bico, é porque ele sabe que paga mal.

O policial foi para Brasília, que tem o Projeto de lei nº 117, que é para oficializar o bico, fora o que o próprio governo fez. O governo fez esse bico, porque paga mal. Por que os policiais estavam lá? Porque são honestos e têm família para sustentar. Eles foram lá, porque não têm como pagar as suas contas. Eles pagam colégio para seus filhos, pagam aluguel, pagam condomínio. Para comer eles têm que pagar. Eles não são como alguns que estão há anos aí e não pagam nada. O salário é muito baixo. O bico já esteve oficializado aqui neste estado, só que agora temos que fazer o bico oficializado pelo próprio projeto de lei desta Casa, fora aquela Dejec que tem para a Polícia Militar e para a Polícia Civil.

Sabe qual o problema de tudo isso? É que os dois policiais estavam lá todos certinhos. Realmente, até estavam com o Sr. Joesley, mas ele teve salvo-conduto do Ministério Público Federal. Os procuradores deram tantas coisas. Eles podem viajar, podem viajar em seu avião, podem falar de quem quiserem.

Por que os policiais não podem fazer bico com esse "empresário", que ficou rico às custas do dinheiro do povo? Eu sou co-irmão da Polícia Federal e acho que nós sempre trabalhamos juntos. Na realidade, o que pega é que alguns fizeram isso para aparecer na televisão. Aqueles que fizeram isso com os dois policiais, que os tiraram de lá, colocaram na imprensa e fizeram para aparecer. Não precisa disso.

Somos todos farinha do mesmo saco - Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guardas Municipais - todos estamos juntos. Não precisava disso. Eles estão lá porque precisam. Eles não ganham que nem os senhores. Nós cumprimos mandados de busca e apreensão e mandados de prisão aqui em São Paulo. Os senhores poderiam vir aqui e participar conosco. Com certeza, a viatura dos senhores não estaria tão limpa como anda todo dia, mas estaria num barro, como a nossa. Porque polícia somos nós, que estamos todo dia combatendo o crime em São Paulo. É muito fácil fazer mandato coercitivo e levar um empresário. Quero ver é levar um bandido dentro da favela, ou cumprir mandato de um homicida, de um estuprador.

Desculpem-me os senhores agentes que fizeram isso, e o delegado que, com certeza, assinou isso. Não a Polícia Federal, que é nossa irmã. Não precisava nada disso. Se os senhores querem aparecer, já apareceram. Parabéns, pegaram dois policiais de Cristo que estão hoje na Corregedoria sendo ouvidos. Que crime eles cometeram? Nenhum. Eles estavam com a arma da Corporação. Poderiam estar com arma particular deles, pois consta na lei que eles podem andar o Brasil inteiro armado. Estavam com o Sr. Joesley? Ele tem salvo-conduto do Ministério Público. Se ele estava na hora errada, com a pessoa errada, faz parte de ganhar um dinheiro honesto. Com certeza, eles não foram lá porque queriam. Porque o salário que eles ganham não dá para pagar as suas contas.

Quero deixar então o meu repúdio ao que foi feito, o que a Polícia Federal fez com esses dois policiais. Eu sempre os tratei bem e todos os policiais civis tratam bem a Polícia Federal. Por causa de três ou quatro não precisava disso, pois a Polícia Federal é nossa amiga. Tive muitos votos da Polícia Federal e conto com ela. Não podemos é fazer isso entre nós, policiais. Eles não cometeram crime nenhum.

Era isso que queria deixar bem claro, e para que os senhores saibam que esses policiais, que estão hoje na Corregedoria com a imprensa toda lá - a imprensa gosta desse carnaval - são pais de família. São dois policiais que trabalham no DHPP, combatem o crime e pegam homicidas. São policiais do bem e merecem o nosso respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa o seguinte requerimento:
- Requerimento nº 1.309, de 2017, do nobre deputado Carlos Bezerra Jr., com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar, junto à Organização das Nações Unidas, de dois eventos relacionados à erradicação da escravidão moderna, em Nova York, entre os dias 5 e 13 de julho de 2017.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da Sessão Extraordinária a realizar-se hoje às 19 horas, e da Sessão Solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de realizar a cerimônia de entrega do Prêmio Inezita Barroso, primeira edição.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 38 minutos.

22 DE JUNHO DE 2017 28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: GILENO GOMES
Secretários: DELEGADO OLIM e MARCO VINHOLI

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - GILENO GOMES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - WELLINGTON MOURA

Solicita a suspensão da sessão por dois minutos, por acordo de lideranças.

3 - PRESIDENTE GILENO GOMES

Defere o pedido e suspende a sessão às 19h02min, reabrindo-a às 19h07min.

4 - CORONEL CAMILO

Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

5 - PRESIDENTE GILENO GOMES

Defere o pedido e suspende a sessão às 19h07min, reabrindo-a às 19h12min.

6 - WELLINGTON MOURA

Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

7 - PRESIDENTE GILENO GOMES

Defere o pedido e suspende a sessão às 19h12min, reabrindo-a às 19h15min. Coloca em discussão o PL 706, de 2012.

8 - JOÃO PAULO RILLO

Encaminha o PL 706/12, em nome do PT.

9 - PRESIDENTE GILENO GOMES

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o Substitutivo nº 1, restando prejudicado o PL 706/12.

10 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Solicita verificação de presença.

11 - PRESIDENTE GILENO GOMES

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, pelo sistema eletrônico.

12 - CARLOS BEZERRA JR.

Para comunicação, tece considerações sobre o andamento da sessão, do qual discorda.

13 - JOÃO PAULO RILLO

Para comunicação, afirma que não há quórum para debates.

14 - PRESIDENTE GILENO GOMES

Anuncia o resultado da verificação de presença, que não atinge quórum para a continuidade dos trabalhos. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gileno Gomes.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Wellington Moura e suspende a sessão por dois minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 19 horas e 02 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 07 minutos, sob a Presidência do Sr. Gileno Gomes.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Coronel Camilo e suspende a sessão por mais cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 19 horas e 07 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 12 minutos, sob a Presidência do Sr. Gileno Gomes.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Wellington Moura e suspende a sessão por 5 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 19 horas e 12 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 15 minutos, sob a Presidência do Sr. Gileno Gomes.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Para discutir o projeto a favor, tem a palavra o deputado João Paulo Rillo, pelo tempo regimental.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Gileno Gomes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, temos hoje uma pauta, numa quinta-feira, com 12 projetos de autoria de deputados. O primeiro projeto é de autoria do deputado Feliciano Filho, que restringe a utilização de animais em atividades de ensino no estado de São Paulo, sem prejuízo de proibições e sanções previstas em outros dispositivos legais, municipal, estadual ou federal.

O deputado Feliciano Filho é, talvez, uma das grandes referências parlamentares, em São Paulo e no Brasil, da causa animal. Sempre o encontro batalhando, incessantemente, para que seus projetos que dialogam com esse segmento, com as ilustres pessoas que no estado de São Paulo lutam pela causa animal, prosperem.

Resolvi falar no projeto dele, primeiramente, para fazer essa referência ao autor do projeto e para dialogar um pouco, deputado Feliciano Filho, com a realidade da Assembleia Legislativa de São Paulo, a triste realidade política da Assembleia Legislativa de São Paulo.

O começo dessa nova Mesa Diretora, algumas mudanças perceptíveis, do ponto de vista concreto, visível, foram tomadas para dar um sentido de mudança. Até agora não sei para onde caminhará a Assembleia Legislativa.

Cá está a mesa da Presidência mais próxima dos deputados, que antes ficava ali no andar de cima. Eu pensei, sinceramente, que essa mudança tivesse a intenção de reaproximar a Presidência, à Mesa Diretora do Plenário, dos deputados. Então, pensei que fosse uma tática de aproximação. Mas eu vi que não, que foi apenas um rebaixamento físico da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Ao perceber a dinâmica, a tentativa de dar uma luz independente, autônoma do Poder Executivo e as traquinagens na tramitação da vida legislativa, eu pensei bem, deputado Feliciano Filho, o rebaixamento não foi apenas físico. Essa descida foi um rebaixamento político da Assembleia Legislativa. E um exemplo disso são os projetos de autoria de deputados que têm que ser submetidos a uma comissão de censura. Esta Casa é um Poder constituído e, em tese, os deputados teriam que cumprir, aqui, uma função constitucional em três pilares: a representação política, o direito, da tribuna, de espremer, de representar causas, de dar voz a causas importantes; o direito de fazer leis, de formular e aprovar leis; e o direito - talvez, mais importante, o dever - de fiscalizar o Executivo.